

ATENÇÃO: AS QUESTÕES, IDENTIFICADAS POR CONTEÚDO, FORAM EMBARALHADAS, ASSIM COMO AS OPÇÕES DE RESPOSTA. VOCÊ DEVERÁ VERIFICAR E CONFERIR AS QUESTÕES DA SUA PROVA E RELACIONÁ-LAS À RESPOSTA.

CURSO DE DIREITO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 01

Em determinado município do interior, uma cooperativa de transporte ajuizou ação contra um ex-motorista contratado como cooperado, alegando inadimplemento contratual e danos ao patrimônio da associação. O juiz de direito da Comarca estadual reconheceu sua incompetência e determinou a remessa dos autos à Justiça do Trabalho, entendendo que a controvérsia dizia respeito à relação de trabalho. O juízo trabalhista, por sua vez, também se declarou incompetente, sustentando que se trata de relação civil entre particulares. Diante da recusa recíproca de competência, instaurou-se conflito negativo entre os dois juízos, pertencentes a ramos distintos do Poder Judiciário. Diante do caso hipotético apresentado, qual órgão é capaz de solucionar o conflito de competência?

- Supremo Tribunal Federal (STF).
- **Superior Tribunal de Justiça (STJ). – OPÇÃO CORRETA**
- Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
- Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Questão 02

Pedro, cidadão brasileiro, compareceu à Secretaria Municipal de Administração com o objetivo de obter uma certidão de tempo de serviço referente ao período em que atuou em cargo comissionado entre 2008 e 2011. Embora atendesse a todos os requisitos legais, o servidor responsável condicionou a entrega do documento ao pagamento de taxa administrativa. Pedro recusou o pagamento e teve seu pedido negado. Pretendendo utilizar a certidão para instruir pedido de aposentadoria especial, Pedro busca remédio judicial individual e eficaz para obter a certidão gratuitamente, conforme garante a Constituição da República de 1988. Considerando o caso hipotético e a Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta.

- A recusa na entrega da certidão caracteriza omissão lesiva ao interesse público, cabendo o ajuizamento de ação popular.
- Por envolver informação pessoal de Pedro mantida em banco de dados da Administração, o instrumento cabível seria o *habeas data*.
- A Administração Pública, ao cobrar pela emissão da certidão, agiu no exercício regular de seu poder discricionário, não havendo violação constitucional.
- **A conduta da Administração violou o texto constitucional, que garante o direito à obtenção gratuita de certidões para defesa de direitos, cabendo mandado de segurança. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 03

A prefeitura de um município, visando reordenar o comércio ambulante em uma região central, publicou um decreto, com base na legislação, determinando a retirada imediata de todos os vendedores não licenciados das calçadas, sob pena de apreensão de mercadorias e aplicação de multa. Um dos comerciantes afetados, que estava no local há mais de dez anos, ajuizou ação contra o município alegando violação de direitos adquiridos e abuso de poder. A prefeitura, por sua vez, justificou a medida como parte do exercício regular do poder de polícia administrativa. Diante da situação hipotética apresentada, assinale a afirmativa correta.

- A atuação da prefeitura está amparada no poder disciplinar, já que se trata de aplicar sanções a particulares que descumpriram normas administrativas sobre o uso do espaço público.
- A invocação do poder de polícia é incabível, pois esse poder só pode ser exercido contra agentes públicos ou concessionários de serviço público, o que não é o caso dos comerciantes ambulantes.
- A prefeitura, ao editar o decreto e aplicar sanções diretamente, violou o princípio da separação dos Poderes, pois apenas o Poder Judiciário pode impor restrições e penalidades aos particulares.
- **A medida configura exercício do poder de polícia, que permite à Administração restringir direitos individuais em prol do interesse coletivo, desde que respeitados os princípios da legalidade, da proporcionalidade e do devido processo legal. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 04

Durante uma fiscalização em certo mercado municipal, agentes da Administração Pública autuaram um comerciante por venda de produtos fora da validade. O auto de infração foi lavrado no local, e as mercadorias foram apreendidas imediatamente, sem autorização judicial. O comerciante, inconformado, ajuizou ação alegando que a apreensão seria ilegal por falta de ordem judicial e por ausência de decisão administrativa definitiva. Diante da situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- A apreensão foi legítima, pois atos administrativos gozam de autoexecutoriedade em certas hipóteses legais ou ainda em situações de urgência. – **OPÇÃO CORRETA**
- O ato de apreensão é inválido, pois atos administrativos carecem de imperatividade e exigem sempre o consentimento do particular para produzir efeitos.
- A Administração agiu ilegalmente, pois a apreensão de bens de particulares só pode ocorrer após decisão judicial, independentemente da gravidade da infração.
- O comerciante tem razão, pois a presunção de legitimidade dos atos administrativos é relativa e, portanto, exige homologação judicial para produzir efeitos externos.

Questão 05

Maria, médica recém-formada, celebrou contrato de prestação de serviços com uma clínica particular. Dias antes da assinatura, a diretora da clínica disse que, caso Maria não aceitasse a proposta, poderia perder a chance de emprego para outra candidata e, além disso, seu pai, paciente idoso internado na mesma clínica, poderia não receber atendimento preferencial para realizar exames adicionais, que já estavam agendados, mas sem urgência vital. Temendo pela saúde do pai e pela oportunidade profissional, Maria assinou o contrato e, semanas depois, buscou anular o negócio alegando vício de consentimento. À luz do Código Civil brasileiro e da teoria dos vícios do consentimento, assinale a alternativa que identifica corretamente a figura jurídica presente no caso narrado.

- Coação, pois houve ameaça injusta contra bem jurídico essencial, suficiente para viciar a vontade. – **OPÇÃO CORRETA**
- Pressão econômica legítima, que não caracteriza coação, já que não houve violência física ou dano patrimonial direto.
- Induzimento de erro substancial, pois Maria acreditava que os exames não seriam realizados se não aceitasse o contrato.
- Situação de exercício regular de direito, não havendo coação, pois a clínica não tinha obrigação contratual de manter os exames.

Questão 06

Durante o curso de uma ação de divórcio, o juiz determina que a parte ré, Joana, apresente a documentação bancária dos últimos dois anos de uma conta conjunta, sob sua guarda, para que se possa apurar a partilha de bens. Apesar de ter sido pessoalmente intimada duas vezes e de seu advogado ter sido advertido pelo juízo quanto à urgência do ato, Joana e seu procurador, sem apresentar qualquer justificativa plausível, deixam de juntar os documentos no prazo estabelecido. O advogado de Joana, em uma terceira intimação, apenas alega “impossibilidade momentânea de acesso aos arquivos” e solicita a suspensão do processo por tempo indeterminado. A conduta de Joana e de seu advogado, com base no Código de Processo Civil vigente, pode ser caracterizada como litigância de má-fé por:

- Alterar a verdade dos fatos.
- Provocar incidente manifestamente infundado.
- **Opor resistência injustificada ao andamento do processo. – OPÇÃO CORRETA**
- Interpor recurso com intuito manifestamente protelatório.

Questão 07

Durante a instrução de um processo criminal por violência sexual contra menor de idade, que ocorreu em 3 de setembro de 2025, às 15h, na Comarca de Contagem – Unidade Federativa de Minas Gerais, o MM. Juiz determinou a realização de depoimento especial da vítima de prenome ZZZ, nascida em 1º de dezembro de 2018. No ato processual em comento foi constatado que: a) a psicóloga responsável e atuante no foro da Comarca explicou a ZZZ como seria o procedimento; todavia, a pedido do DD. Magistrado, leu parte da denúncia para contextualizar as circunstâncias antes do início da oitiva; b) durante o depoimento, ZZZ narrou os fatos livremente, sendo interrompida pela psicóloga em alguns pontos, para melhor esclarecer as circunstâncias, com perguntas adaptadas à linguagem dela; c) a transmissão em tempo real para a sala de audiência ocorreu na presença do acusado. Entretanto, a psicóloga avaliou que a presença do réu estava intimidando ZZZ e informou o fato ao DD. Magistrado, que determinou o afastamento imediato do imputado, constando em termo; e d) o depoimento foi gravado em áudio e vídeo; no entanto, por questões de segurança, o M.M. Juiz determinou que a gravação não fosse disponibilizada às partes, nem armazenada nos autos. Com base no ordenamento jurídico em vigor na República Federativa do Brasil, assinale a afirmativa correta.

- O depoimento especial não poderia ter sido transmitido em tempo real para a sala de audiência, pois tal prática viola a intimidade e a privacidade de ZZZ.
- O afastamento do acusado durante o depoimento de ZZZ, em razão da avaliação emitida pela profissional de psicologia, atuante no foro da Comarca, está de acordo com o procedimento exposto em lei. – **OPÇÃO CORRETA**
- A decisão judicial de não gravar o depoimento em áudio e vídeo encontra respaldo no ordenamento jurídico pátrio, considerando que cabe ao magistrado avaliar a conveniência da preservação da prova.
- A leitura de trechos da denúncia pela profissional de psicologia, atuante no foro da Comarca, não compromete a validade do depoimento, desde que tenha ocorrido apenas para contextualização, sendo compatível com o procedimento previsto em lei.

Questão 08

RRR, docente no ensino fundamental da rede municipal de ensino de Leopoldina, na Unidade Federativa de Minas Gerais, com, aproximadamente, dezoito anos de exercício profissional, tomou conhecimento, em 4 de junho de 2025, durante o intervalo escolar, de violência doméstica e familiar contra criança de 9 anos de idade, através de um relato feito a um colega de turma. Considerando a gravidade do relato, a docente ficou em dúvida acerca do procedimento a ser adotado e a quem caberia a comunicação compulsória. No mesmo dia, a situação foi informalmente relatada à diretora da instituição de ensino, mas RRR não a levou ao conhecimento de qualquer órgão oficial. Meses após o ocorrido, apurou-se que as agressões persistiram e se agravaram, resultando em lesões corporais de natureza grave na criança, que foi conduzida a uma unidade hospitalar. Diante da situação, possuindo elementos informativos robustos, o membro do Ministério Público com atuação na Comarca de Leopoldina, instaurou procedimento investigatório criminal para apurar eventual omissão da educadora RRR. Com base no ordenamento jurídico em vigor na República Federativa do Brasil, assinale a afirmativa correta.

- A obrigação de comunicar a infração penal recai exclusivamente sobre agentes públicos formalmente designados para atuar na proteção de crianças e adolescentes, não se estendendo a particulares.
- A comunicação somente seria obrigatória se a professora RRR tivesse presenciado a violência doméstica e familiar em flagrante, não sendo aplicável à situação de relato realizado pela própria vítima.
- RRR cumpriu adequadamente sua obrigação legal ao relatar o fato à diretora da escola, pois a comunicação interna à instituição de ensino é suficiente para eximir qualquer cidadão de responsabilidade.
- RRR tinha o dever de comunicar imediatamente o fato a um dos órgãos oficiais previstos no ordenamento jurídico brasileiro (serviço de recebimento e monitoramento de denúncias e outros), não bastando a comunicação informal à diretora do estabelecimento de ensino municipal. – **OPÇÃO CORRETA**

Questão 09

Carlos foi investigado por tráfico de drogas. Durante a fase de inquérito, diversas medidas cautelares foram decretadas. O processo foi instaurado após a introdução, no Código de Processo Penal, da figura do Juiz de Garantias, cuja implementação enfrentou discussões no Supremo Tribunal Federal (STF). À luz da legislação processual e da discussão constitucional, é correto afirmar que o Juiz de Garantias:

- Atua em todo o processo, inclusive na sentença, pois a imparcialidade se garante pela ampla defesa.
- Não possui previsão legal, tratando-se apenas de construção doutrinária inspirada no sistema acusatório.
- Exerce funções exclusivamente administrativas, como a gestão das varas criminais, sem ingerência na investigação.
- Exerce competência apenas até a decisão de recebimento da denúncia, sendo-lhe vedada a atuação no julgamento. – **OPÇÃO CORRETA**

Questão 10

Em 2021, João foi denunciado por crime de estelionato. À época dos fatos, a lei previa apenas uma pena de um a cinco anos de reclusão. Em 2022, entrou em vigor uma nova lei que manteve as penas mínima e máxima, mas estabeleceu uma pena de multa para a referida conduta. Em 2023, outra lei reduziu a pena máxima para quatro anos, mantendo a mínima em um ano, bem como a pena de multa. O processo de João ainda estava em andamento. Considerando as regras da aplicação da lei penal no tempo, à luz do entendimento dos tribunais superiores, assinale a afirmativa correta.

- Deve-se aplicar a lei vigente ao tempo da sentença, pois o princípio da imediatidade prevalece sobre o da retroatividade.
- João será beneficiado pela lei de 2021, por ser a vigente ao tempo da conduta “*Tempus regit actum*”, em respeito ao princípio da anterioridade da lei penal.
- João será beneficiado pela combinação das duas leis posteriores, aplicando-se pena mínima de um ano e máxima de quatro anos e sem a multa, segundo a teoria da ponderação diferenciada.
- João poderá ser beneficiado pela Lei de 2023, desde que o resultado da incidência das suas disposições, na íntegra, seja mais favorável ao réu do que da Lei de 2021, sendo vedada a combinação de leis, com base na teoria da ponderação unitária. – OPÇÃO CORRETA

Questão 11

A Lei de Execução Fiscal (LEF) – Lei 6.830/1980 – trata da cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências. José, estagiário em Direito do Conselho Estadual de Odontologia, foi chamado a produzir petição inicial para executar dívidas relativas a anuidades devidas ao Conselho. No momento de determinar o endereçamento, pairou dúvida acerca de qual órgão judiciário deveria ser o destinatário da petição. Além disso, houve dúvida quanto à necessidade de instrução da petição inicial com o demonstrativo de cálculo do débito. Sendo assim, em relação às dúvidas, é correto afirmar que José deverá endereçar a petição de executivo fiscal para cobrança de anuidades para a Justiça:

- Federal, sendo obrigatória a instrução da inicial com o demonstrativo de cálculo do débito.
- Estadual, sendo obrigatória a instrução da inicial com o demonstrativo de cálculo do débito.
- Federal, sendo desnecessária a instrução da inicial com o demonstrativo de cálculo do débito. – OPÇÃO CORRETA
- Estadual, sendo desnecessária a instrução da inicial com o demonstrativo de cálculo do débito.

Questão 12

Sobre a Lei de Execução Fiscal (LEF) – Lei 6.830/1980, considere que Maria, estagiária em Direito do Tribunal de Justiça, ao analisar executivo fiscal, verificou que a tese de defesa do contribuinte tinha como ponto nevrálgico informações constantes do processo administrativo relativo ao crédito tributário em litígio, não juntado por nenhuma das partes ao processo. É correto afirmar que o ônus da juntada do processo administrativo ou de partes dele ao executivo fiscal pertence:

- Ao escrivão, de ofício.
- Ao réu da execução fiscal, executado. – OPÇÃO CORRETA
- Ao autor da execução fiscal, exequente.
- Ao juízo, quando do saneamento do processo.

Questão 13

Durante audiência preliminar no Juizado Especial Criminal da Comarca de Sete Lagoas, na Unidade Federativa de Minas Gerais, o representante do Ministério Público “Mineiro” oferece denúncia em desfavor do senhor ZZZ, maior de idade e totalmente capaz de entender o caráter ilícito de sua conduta, imputando-lhe a prática do crime de ameaça – previsto no art. 147 do Decreto-Lei nº 2.848, que instituiu o Código Penal Brasileiro. Considerando que o senhor ZZZ não é processado em outro processo criminal, não possui condenações anteriores e estão presentes os requisitos do art. 77 do Diploma Repressivo retromencionado, o representante do Parquet propõe a suspensão condicional do processo, pelo prazo de dois anos, com as condições previstas no ordenamento jurídico em vigor que regulamenta a matéria. Considerando as informações hipotéticas contidas no texto e, com base no ordenamento jurídico em vigor na República Federativa do Brasil, assinale a afirmativa correta.

- Durante o período de suspensão, o prazo prescricional ficará suspenso, não correndo contra o acusado (senhor ZZZ) até o término do período de prova. – OPÇÃO CORRETA
- A suspensão condicional do processo somente poderá ser aplicada aos crimes de menor potencial ofensivo abrangidos pela lei que regulamenta a matéria.
- O descumprimento de quaisquer das condições impostas ou o simples processamento do acusado (senhor ZZZ), por contravenção penal no período de prova, acarretará a revogação obrigatória da suspensão.
- A aceitação da proposta de suspensão condicional do processo pelo acusado (senhor ZZZ) e por seu defensor gera, automaticamente, a extinção da punibilidade, independentemente do decurso do prazo de prova.

Questão 14

Em uma audiência de conciliação realizada no Juizado Especial Cível da Comarca de Juiz de Fora, Unidade Federativa de Minas Gerais, cujo valor da causa é de R\$ 7.000,00, o réu – senhor ZZZ, maior de idade e absolutamente capaz –, presente sem advogado, é intimado pessoalmente por um Oficial de Justiça para a audiência de instrução e julgamento, com prazo de quinze dias. O réu, por desconhecimento técnico-jurídico, informa ao Oficial de Justiça que manifestou desinteresse na modalidade de intimação realizada, requerendo a adoção da via postal, por considerá-la menos formalista. Adicionalmente, sustentou que sua presença na audiência de conciliação já conferiria ciência tácita de todos os atos processuais subsequentes, tornando a nova intimação despicienda. Considerando as informações hipotéticas e, com base no ordenamento jurídico em vigor na República Federativa do Brasil, assinale a afirmativa correta.

- A intimação por Oficial de Justiça só seria válida se houvesse mandado ou carta precatória; e o fato de o réu não estar assistido por advogado torna o ato nulo por cerceamento de defesa.
- O réu está correto em sua alegação de que já tem ciência dos atos praticados em audiência, o que torna a intimação por Oficial de Justiça desnecessária, exceto se houver um novo ato processual que exija conhecimento formal.
- A intimação por Oficial de Justiça, no caso apresentado, é irregular, pois o réu tem o direito de escolher a forma de intimação que melhor lhe convier, especialmente se for por correspondência, meio também previsto no ordenamento jurídico vigente que regulamenta a matéria.
- A intimação por Oficial de Justiça é válida, pois o ordenamento jurídico vigente que regulamenta a matéria não confere ao réu a prerrogativa de escolher o meio de intimação, e a ciência dos atos praticados em audiência não exime a necessidade de intimação para atos futuros. – **OPÇÃO CORRETA**

Questão 15

Uma consumidora, ao adquirir um medicamento analgésico em uma drogaria, foi orientada pelo farmacêutico sobre a dosagem para alívio imediato de uma dor intensa. A bula do medicamento, fornecida pelo laboratório farmacêutico fabricante, não foi consultada. O uso do medicamento causou reações adversas e a consumidora sofreu graves lesões renais, necessitando de internação hospitalar. Considerando as disposições do Código de Defesa do Consumidor (CDC), assinale a afirmativa correta.

- O laboratório pode ser eximido de responsabilidade se ficar comprovado que o farmacêutico forneceu à consumidora informações diferentes das existentes na bula do medicamento. – **OPÇÃO CORRETA**
- Ambos, o laboratório e a drogaria, respondem solidariamente pelos danos, independentemente da origem da nocividade, pois o CDC impõe responsabilidade objetiva a todos os partícipes da cadeia de distribuição do medicamento.
- A responsabilidade é exclusiva do laboratório farmacêutico, pois o produto, tendo causado reações adversas, é considerado intrinsecamente defeituoso em sua formulação, independentemente da orientação prestada pelo farmacêutico da drogaria.
- Não sendo comprovada má conservação do medicamento, a drogaria não responde pelos danos, uma vez que a responsabilidade por vícios de informação recai unicamente sobre o laboratório, ainda que tenha ocorrido o desvirtuamento pelo farmacêutico das informações sobre a utilização e riscos fornecidos pelo laboratório.

Questão 16

O tempo atua como um fator extintivo sobre um direito subjetivo, que é a possibilidade de uma pessoa exercer e proteger seus próprios interesses juridicamente tutelados, conjuntura que pode ser expressada por meio do brocardo latino “*Dormientibus non succurrit jus*”. Sobre os prazos para exercício de direitos previstos no Código de Defesa do Consumidor (CDC), marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Pelos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto de seus produtos responde o construtor estrangeiro, prescrevendo em cinco anos a pretensão indenizatória, contados da ocorrência do dano.
- () Os fornecedores de produtos de consumo não duráveis respondem solidariamente pelos vícios que os tornem impróprios ao consumo a que se destinam, decaindo em trinta dias do direito de reclamação, contados da entrega do produto, se aparentes.
- () Pelos vícios decorrentes da disparidade com as indicações constantes da mensagem publicitária, responde o fornecedor de serviços, podendo o consumidor reclamar no prazo de noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviços duráveis, contado de quando restar evidente o vício, se oculto.
- () Sempre que, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, seu conteúdo líquido for inferior às indicações constantes do recipiente, os fornecedores respondem solidariamente pelos vícios de quantidade do produto, obstando a contagem do prazo decadencial, até a negativa, a reclamação apresentada ao fornecedor.

A sequência está correta em

- V, F, F, F.
- F, F, V, F.
- **F, V, V, V. – OPÇÃO CORRETA**
- V, V, F, V.

Questão 17

Sobre os membros que compõem a Turma de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais, analise as afirmativas a seguir.

- I. Um desembargador designado pelo Órgão Especial e que será o presidente.
- II. O primeiro vice-presidente do TJMG que terá o voto de desempate em qualquer questão deliberativa.
- III. Dois juízes de direito, sendo um titular e um suplente, de cada turma recursal e por ela escolhida entre os seus integrantes.
- IV. Dois juízes togados e dois juízes leigos designados pelo Órgão Especial do TJMG.

Está correto o que se afirma apenas em

- **I e III. – OPÇÃO CORRETA**
- I e IV.
- II e III.
- II e IV.

Questão 18

Sobre a Comissão Estadual Judiciária de Adoção, pode-se afirmar que será presidida e terá entre seus membros, respectivamente:

- **Corregedor-Geral de Justiça e um delegado da Polícia Federal, indicado pelo Superintendente da Polícia Federal em Minas Gerais. – OPÇÃO CORRETA**
- Primeiro Vice-Presidente do TJMG e três desembargadores, sendo um em atividade, um aposentado e um de livre escolha, todos discricionariamente escolhidos pelo Presidente do Tribunal.
- Membro mais antigo do Conselho da Magistratura e um procurador de justiça e um promotor de justiça de vara da infância e juventude da Comarca de Belo Horizonte, indicados pelo Procurador-Geral de Justiça.
- Presidente do TJMG e cinco juízes de direito da Comarca de Belo Horizonte, sendo um titular de vara da infância e juventude, um Juiz auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça, dois titulares de vara de família e um de livre escolha, todos indicados pelo Corregedor-Geral de Justiça.

Questão 19

Maria, vítima de agressões físicas e psicológicas praticadas por seu companheiro, em um município de Minas Gerais, procura a autoridade policial e relata os fatos. Durante a lavratura do boletim de ocorrência, o delegado afirma que não pode adotar medidas protetivas de urgência sem prévia decisão judicial, haja vista que o município onde ocorreram os fatos não é sede de Comarca, devendo Maria aguardar o trâmite processual. À luz da Constituição Federal, dos tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil e da Lei Maria da Penha, assinale a afirmativa correta.

- O delegado de polícia não pode requisitar medidas protetivas, pois a competência exclusiva para tal é do Juiz, em respeito à separação dos poderes.
- A concessão de medidas protetivas depende de audiência prévia com o agressor, sob pena de nulidade, por violação ao princípio do devido processo legal.
- As medidas protetivas só podem ser aplicadas após o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público, para evitar violação do contraditório e da ampla defesa.
- **O delegado pode, em caráter emergencial, determinar que o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida, devendo a decisão ser comunicada ao Juiz em até vinte e quatro horas para apreciação. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 20

Ana sofreu violência psicológica praticada por seu ex-namorado. No processo, a defesa alega que a Lei Maria da Penha não se aplicaria ao caso, pois não houve coabitação entre vítima e agressor, requisito necessário, segundo a defesa, para caracterização da violência doméstica. Considerando a Lei nº 11.340/2006 e sua interpretação conforme a Constituição Federal de 1988 e tratados internacionais, assinale a afirmativa correta.

- A Lei Maria da Penha não se aplica a casos de violência psicológica, pois tutela exclusivamente a integridade física da mulher.
- A aplicação da Lei Maria da Penha exige vínculo de coabitação entre vítima e agressor, não se aplicando a relações findas sem vida em comum.
- A Lei Maria da Penha se aplica apenas quando a violência decorre de relações conjugais formalmente reconhecidas, não abrangendo namoros informais.
- **A proteção da Lei Maria da Penha alcança situações de violência praticada em relações íntimas de afeto, ainda que sem coabitação, como no namoro ou em relações já encerradas. – OPÇÃO CORRETA**

LÍNGUA PORTUGUESA**A quem interessa proteger o patrimônio cultural?**

Os bens culturais fazem parte do cotidiano de todos nós. Estamos falando de edifícios centenários, obras de arte, documentos históricos, paisagens, museus, igrejas barrocas, além das formas de expressão, manifestações artísticas e modos de fazer e viver das comunidades tradicionais. Esses bens nos conectam diretamente com nossas raízes e nos convidam a refletir sobre de onde viemos, onde estamos e para onde vamos. Eles despertam um sentimento de pertencimento, nos lembram de que somos parte de uma coletividade e refletem nossa identidade social.

Em um país culturalmente rico como o nosso, o que define a singularidade de cada região? Sotaques, culinária, crenças, artes, história e outros elementos marcam nossas diferenças culturais. Esse patrimônio expressa os valores mais importantes da nossa sociedade e, por isso, precisa ser preservado para as presentes e futuras gerações. É um direito de todos, inclusive daqueles que ainda vão nascer, ter acesso e desfrutar dessas referências históricas e identitárias do nosso povo.

A Constituição Federal de 1988 estabelece que a proteção do patrimônio cultural é um dever compartilhado entre a sociedade e o poder público. A responsabilidade estatal é comum à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal, que devem atuar de forma colaborativa, sem monopólio ou subordinação, para impedir a perda e a destruição desses bens. Nesse condomínio de atribuições, nenhum órgão público detém primazia sobre o outro, pois as responsabilidades são compartilhadas e não excludentes.

A distribuição equânime das funções relacionadas à tutela do patrimônio é uma decorrência lógica do federalismo cooperativo, idealizado para permitir a efetiva descentralização do poder, assegurando autonomia dos estados e municípios na solução dos problemas regionais e locais. Em um país com dimensões continentais como o Brasil, a descentralização é um importante reforço à democracia participativa, pois permite que as pessoas estejam mais próximas dos locais onde são tomadas as decisões políticas, favorecendo o exercício da cidadania e intensificando a sensação de pertencimento social.

A mesma cooperação imposta aos entes federativos é exigida dos poderes da República – Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público – que devem trabalhar juntos para garantir a preservação dos bens culturais. Nesse contexto, o Ministério Público, como defensor dos direitos difusos e coletivos, desempenha um papel essencial na proteção do patrimônio cultural. Além de ser titular da ação penal, o MP tem competência para investigar, processar e firmar acordos que ajustem condutas lesivas ou que coloquem em risco bens culturais.

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) foi pioneiro ao criar, em 2003, a Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais (CPPC). Desde então, a CPPC tem se destacado nacionalmente na defesa do patrimônio, especialmente no resgate de bens culturais desaparecidos. [...]

(Marcelo Azevedo Maffra. Promotor de Justiça e Coordenador Estadual das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural – CPPC. Estado de Minas. Em: 10 de fevereiro de 2025. Adaptado.)

Questão 21

Dentre os fragmentos a seguir, assinale a opção em que a indicação do sujeito da oração demonstra o emprego de um recurso argumentativo que agrega credibilidade às informações apresentadas.

- “Sotaques, culinária, crenças, artes, história e outros elementos marcam nossas diferenças culturais.” (2º§)
- **“A Constituição Federal de 1988 estabelece que a proteção do patrimônio cultural é um dever compartilhado entre a sociedade e o poder público.” (3º§) – OPÇÃO CORRETA**
- “A responsabilidade estatal é comum à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal, que devem atuar de forma colaborativa, sem monopólio ou subordinação, para impedir a perda e a destruição desses bens.” (3º§)
- “Estamos falando de edifícios centenários, obras de arte, documentos históricos, paisagens, museus, igrejas barrocas, além das formas de expressão, manifestações artísticas e modos de fazer e viver das comunidades tradicionais.” (1º§)

Questão 22

No segmento “[...] para garantir a preservação dos bens culturais.” (5º§), é possível identificar uma expressão de:

- Hipótese.
- **Efeito visado. – OPÇÃO CORRETA**
- Efeito contingente.
- Regularidade de ação.

Questão 23

De acordo com as informações e ideias expressas no texto, analise as afirmativas a seguir.

- I. Proteger o patrimônio cultural é uma ação que não está atrelada a um único agente.
- II. Embora a existência de uma cultura rica seja realidade no Brasil, o acesso a elementos que a constituem é desconhecido da maior parte da população.
- III. Elementos da cultura brasileira que indicam diferenças culturais contribuem para a construção e formação de um patrimônio cuja importância se projeta para além do tempo presente.

Está correto o que se afirma em

- I, II e III.
- I e II, apenas.
- I e III, apenas. – **OPÇÃO CORRETA**
- II e III, apenas.

Questão 24

Analise o cartaz a seguir:



(Cartaz Defesa do Patrimônio Cultural – Diretoria de Publicidade Institucional do Ministério Público de Minas Gerais.)

Em “*Esses bens nos conectam diretamente com nossas raízes e nos convidam a refletir sobre de onde viemos, onde estamos e para onde vamos.*” (1º§), é possível identificar um processo de retomada da informação através do emprego da expressão destacada. Considerando a afirmativa anterior, é possível afirmar que no cartaz:

- Em “*sua comarca*”, a retomada da informação ocorre em referência à expressão anterior “*Promotor de Justiça*”.
- Os pronomes empregados, “*nesta*” e “*sua*”, demonstram emprego equivalente ao indicado no enunciado da questão.
- A expressão “*nesta causa*”, assim como a expressão destacada no enunciado, contribui para manutenção da informação apresentada. – **OPÇÃO CORRETA**
- A expressão “*esses bens*”, no enunciado, e “*nesta causa*”, no cartaz, possuem o mesmo referente, considerando o tema apresentado.

Questão 25

Acerca do título “*A quem interessa proteger o patrimônio cultural?*”, pode-se afirmar que:

- A locução verbal “*interessa proteger*” permite reconhecer o sujeito da oração.
- A ordem indireta da frase permite identificar que tal escolha linguística demonstra a ênfase dada ao sujeito da oração.
- A expressão “*a quem interessa*”, por se tratar de uma locução feminina, exige o uso do acento grave indicativo de crase.
- A reescrita “*A proteção do patrimônio cultural interessa a quem?*” indica uma possível alteração quanto à ênfase dada aos elementos linguísticos. – **OPÇÃO CORRETA**

Questão 26

Em relação ao texto apresentado, indica-se como característica da tipologia textual predominante:

- Exposição e defesa de uma ideia por meio de argumentações. – **OPÇÃO CORRETA**
- Encadeamento de traços que caracterizam a composição de conceito.
- Identificação de elementos, tais como tempo linear e espaço definidos, entre outros.
- Emprego de expressões qualificativas em geral, além de referências ao interlocutor feitas pelo enunciador.

Questão 27

“*Eles despertam um sentimento de pertencimento, nos lembram de que somos parte de uma coletividade e refletem nossa identidade social.*” (1º§). Considerando o contexto em que o segmento anterior está inserido e os elementos linguísticos que o constituem, pode-se afirmar que:

- Caso o “*nos*” fosse substituído por “*me*”, a forma verbal “*lembram*” seria substituída por “*lembra*”.
- Os pronomes “*Eles*” e “*nos*” são identificados e classificados com a mesma função sintática, visto que retomam com o mesmo referente.
- Todos os termos apresentados no plural estabelecem concordância com o sujeito “*Eles*”, terceira pessoa do plural, de acordo com a norma padrão da língua.
- As formas verbais “*despertam*”, “*lembram*” e “*refletem*” estabelecem concordância gramatical com o mesmo referente, não havendo repetição do sujeito a que se referem. – **OPÇÃO CORRETA**

Questão 28

Infer-se do texto que a atuação do poder público de forma descentralizada, a fim de conferir autonomia a Estados e Municípios:

- Tem como prerrogativa o estabelecimento da democracia de forma sistemática e gradual.
- Decorre de situações vistas como inadequadas e repensadas a partir de uma lógica de cooperação.
- Indica a necessidade de que haja um constante reforço à democracia através de decisões centrais que se estendem às comunidades locais.
- É um fator de cooperação para que haja envolvimento efetivo das comunidades em relação ao patrimônio cultural local, valorizando-o de forma participativa e relevante. – **OPÇÃO CORRETA**

Questão 29

Considerando os aspectos linguísticos dos trechos destacados seguidos de comentários, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Em “*A mesma cooperação imposta aos entes federativos é exigida dos poderes da República [...]*” (5º§), observa-se o emprego de regência nominal com exigência da preposição “*a*”.
- () Em “*Nesse contexto, o Ministério Público, como defensor dos direitos difusos e coletivos, desempenha um papel essencial na proteção do patrimônio cultural.*” (5º§), omite-se o agente da ação verbal indicando uma instituição.
- () Em “*Desde então, a CPPC tem se destacado nacionalmente na defesa do patrimônio, especialmente no resgate de bens culturais desaparecidos.*” (6º§), a expressão que introduz o período estabelece conexão temporal com a informação anterior.

A sequência está correta em

- V, F, V. – **OPÇÃO CORRETA**
- F, F, V.
- F, V, F.
- V, V, F.

Questão 30

Em “*Esse patrimônio expressa os valores mais importantes da nossa sociedade e, por isso, precisa ser preservado para as presentes e futuras gerações.*” (2º§), a expressão entre vírgulas:

- Promove a suspensão do discurso.
- **Denota uma conexão discursiva conclusiva. – OPÇÃO CORRETA**
- Intensifica a ideia apresentada anteriormente.
- Indica uma ponderação acerca da informação seguinte.